



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

ATA DA 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO - CEPE INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

17 de dezembro de 2012

No dia dezessete de dezembro de dois mil e doze, às dez horas, no Miniauditório da Reitoria, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão - Cepe, sob a Presidência da Pró-Reitora de Ensino, a Senhora Cristiane Tenan S. dos Santos, com a presença dos seguintes membros: Thalmó de Paiva Coelho Júnior, Tadeu Pissinati Sant'Anna, Deila da Silva Bareli de Moraes (representando Gláucia Maria Ferrari), Maria Aparecida Silva de Souza (representando Everson S. Borges), Edna dos Reis, Felipe Alexandre Lima Fernandes dos Santos, Elizabeth Armini Pauli Martins, Welliton de Resende Zani Carvalho, Elenilson Francisco Costa, Gibson Dall'Orto Muniz da Silva, Ana Paula Brasil, João Paulo Barbosa, Moacyr Antonio Serafini, Denise Rocco de Sena, Hudson Luiz Côgo, Yvina Pavan Baldo, Antonio Fernando de Souza, João Paulo de Souza Vieira, Ralf Majeovski Santos, Marko Aurélio Goularte (representando Patrícia de Almeida Feitosa), João Gomes da Silveira, Jabes Ricardo Matos Bianchet, Iago Souza Santos, Ana Gabriela Bausen, Sidnei Quezada Meireles Leite, Anderson Mathias Holtz, Rogéria Gomes Belchior, Míriam Albani, Christian Mariani Lucas dos Santos, Suzana Maria Gotardo Chambela, Marcelo Queiroz Schimidt. Convidada: Priscila Lopes Roldi Azevedo. A reunião teve a seguinte pauta: **1. Informes; 2. Aprovação da ata da reunião de 22/06/2012; 3. Apreciação da Minuta de Resolução de Serviços Tecnológicos e Técnicos; 4. Processo nº 23149.001083/2012-17 – Nomeação de comissão para reconstrução da Resolução CD 17/2003; 5. Apreciação da proposta de Regulamento do Fórum NAPNE; 6. Aprovação do ROD dos Cursos de Graduação na modalidade a distância; 7. Apreciação da proposta de oferta de duas entradas para o curso de Bacharelado em Sistema de Informação do campus Colatina, sendo a primeira entrada do ano no turno vespertino e a segunda entrada do ano no turno matutino, sendo 32 vagas por oferta; 8. Aprovação da política de seleção e desenvolvimento de coleções das bibliotecas do Ifes; 9. Apreciação dos Projetos dos Cursos Técnicos: a) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio – Projeto**

Referência - Campi de Alegre, Itapina e Santa Teresa; b) Técnico em Biotecnologia Concomitante ao Ensino Médio – Campus Vila Velha; c) Técnico em Floresta Integrado ao Ensino Médio – Campus Ibatiba; d) Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Campus Guarapari; e) Especialização Técnica em Gestão da Qualidade em Serviços – Campus Guarapari; f) Especialização Técnica em Gestão de Pessoas – Campus Guarapari; 10. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia em Aquicultura – Campus de Alegre; 11. Homologação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica – Aprovado pela portaria 1848 de 24/10/12; 12. Homologação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Aprovado pela portaria 1849 de 24/10/12; 13. Apreciação da Proposta de Resolução de normas para auxílio financeiro – processo nº 23147.000993/2012-19; 14. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Doutorado Interinstitucional - Dinter Cooperação UFRGS – Ifes. Processo Nº 23152.000387/2012-16; 15. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Minter em Educação Agrícola. Processo Nº 23147.001673/2012-61; 16. Apreciação do Projeto de Mestrado Profissional turma de qualificação Ifes IFRO - Programa Educimat; 17. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública na modalidade a Distância.

Cristiane cumprimenta a todos e inicia a reunião. Cristiane inverte os pontos de pauta e apresenta o **item 9**. Sobre o projeto referência do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, elaborado por uma comissão composta por membros dos campi Itapina, Alegre e Santa Teresa, Elizabeth (campus Itapina) faz um breve relato explicando como foi o trabalho de elaboração do projeto. Gibson (campus Guarapari) sugere a elaboração de um projeto referência para os cursos de mecânica, administração e eletrotécnica. Cristiane explica que a discussão deverá ocorrer na Câmara de Ensino Técnico e solicita que Gibson entre em contato com o Diretor de Ensino Técnico, Sr. Altair Luiz Peterle, para discutir o assunto. O projeto é aprovado. Cristiane lista os projetos em pauta e informa que todos já foram aprovados na Câmara de Ensino Técnico. Não houve questionamentos e os projetos foram aprovados. Para o **item 2**, foi submetida aos membros do Cepe a Ata da reunião anterior, realizada em 22 de junho de 2012; a Ata foi aprovada por todos e circulou para aposição das assinaturas. Abrindo o **item 1**, Cristiane informa que a Setec (**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**) elaborou uma proposta visando a ofertar o Proeja pelo Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), a qual não foi aprovada no Fórum de Diretores de Ensino (FDE). De acordo com a proposta, apenas as instituições que

ofertam 10% (dez por cento) de cursos na modalidade Proeja poderão ofertar cursos pelo Pronatec. Cristiane acrescenta que sugeriu ao FDE que fosse colocado como pré-requisito que o professor para lecionar no Proeja/Pronatec tenha especialização/aperfeiçoamento em Proeja ou que lecione no Proeja presencial, assim, quando terminasse o Pronatec haveria um número maior de docentes capacitados para atuar no Proeja. João (campus Venda Nova) pergunta se há como ofertar o curso técnico concomitante para alunos que fazem Ensino Médio para jovens e adultos em outras Instituições, ou seja, o Ifes ofertaria apenas o técnico. Os membros do Cepe explicam que o Proeja deve ser integrado porque o público-alvo são os alunos do ensino fundamental. João sugere uma proposta de proeja concomitante ou subsequente para os alunos que estejam concluindo ou concluíram o ensino médio. Explica que o curso seria para alunos que fizeram o ensino médio na modalidade de educação para jovens e adultos (EJA), constando em edital esse perfil para ingresso nesse(s) o(s) curso(s). Cristiane menciona que nesse caso deverá ser aberto um edital específico e teria de ter um convênio com base no qual seria aberto o edital. Caso contrário o edital será aberto para todos. Cita o convênio Bolsa Sedu como exemplo. João relata como surgiu a ideia argumentando que a proposta é bastante interessante. Cristiane concorda que a ideia é interessante e informa que a proposta será discutida junto ao Diretor de Ensino Técnico e ao Pedagogo da Pró-Reitoria de Ensino. **Informe 2**, Cristiane menciona que existe uma proposta para a criação de um campus de educação a distância (EaD), elaborada por comissão própria do FDE, que foi encaminhada ao Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica). **Informe 3**, Cristiane faz uma explanação sobre a proposta de 1ª e 2ª opção de campus/cursos para o processo seletivo dos cursos técnicos informando que a proposta foi apresentada na Câmara de Ensino Técnico e teve a aderência dos membros. Pergunta se os membros do Cepe querem levar a proposta aos campi para discussão retornando-a por e-mail até o mês de fevereiro. Welliton (campus Nova Venécia) sugere incluir a CRA (Coordenadoria de Registros Acadêmicos) nas discussões para verificar a operacionalização. Cristiane esclarece que o objetivo é aprovar a proposta e encaminhar para a CRA e para a TI (Tecnologia da Informação) para ver a operacionalização. Suzana (campus Santa Teresa) comenta que a antiga Escola Agrotécnica de Santa Teresa adotava esse procedimento e que a experiência foi muito positiva. Welliton (campus Nova Venécia) sugere que a proposta seja primeiro implementada dentro do campus. Cristiane sugere a nomeação de uma comissão para elaborar a proposta para ser implementada no edital do processo seletivo 2013/2. Felipe (campus Ibatiba) comenta que a proposta foi pensada de acordo com a realidade dos campi Colatina/Itapina e sugere que a implementação seja restrita ao município de Colatina. Edna (campus Cariacica) menciona que a proposta pode ser perigosa, pois em vez de oportunizar pode tirar a

oportunidade de outros candidatos. Cita exemplos que podem inviabilizar a proposta. Cristiane argumenta que a Câmara de Ensino Técnico tem interesse em implementar a proposta e justifica que a TI vai estabelecer as condições e as filtragens e a comissão vai definir as regras, o objetivo é não deixar vagas ociosas. Edna (campus Cariacica) sugere que a comissão tenha aluno em sua composição. Após as discussões, os membros do Cepe decidem nomear uma comissão para a elaboração da proposta. A comissão será formada pelos servidores João Gomes da Silveira (campus Venda Nova), Elizabeth Armini Pauli Martins (campus Itapina), Hudson Luiz Côgo (campus Vitória), o aluno Jabes Ricardo Matos Bianchet (campus Colatina), Euzanete Frassi de Almeida (campus Cariacica) e um servidor que será indicado pelo campus Santa Teresa por e-mail. **Informe 4**, Cristiane menciona que as Câmaras já possuem seus regulamentos devidamente aprovados. Relata como foram elaborados e destaca os pontos que devem ser levados em consideração na elaboração do regulamento do Cepe, enfatizando a importância das discussões e a transmissão de informações nos campi. Cristiane sugere elaborar uma proposta de regulamento do Cepe com base nos regulamentos das Câmaras de Ensino Técnico e de Graduação e submetê-la à discussão e aprovação no Cepe. A sugestão é acatada pelos membros do Cepe. Abrindo o **item 3**, Cristiane passa a palavra ao servidor Christian Mariani Lucas dos Santos (Coordenador Geral da Agência de Inovação do Ifes). Christian se apresenta e faz um breve relato sobre a proposta de Resolução de Serviços Tecnológicos e Técnicos. Destaca que atualmente o Ifes possui laboratórios que podem ser utilizados tanto pela comunidade quanto para a pesquisa. Informa que a Resolução 53/2011 autoriza o professor a participar de atividades esporádicas, remuneradas ou não, em assuntos de suas respectivas especialidades. Todavia, os critérios de ocupação do espaço físico e utilização de insumos não estavam definidos nesta resolução. Informa que foi feita uma consulta ao procurador e que este enfatizou a questão de restituição dos custos do uso do laboratório ao Ifes e destacou que o laboratório deve ser de uso público e auditável. Gibson (campus Guarapari) alerta que futuramente poderá haver problemas com relação à dedicação dos professores ao ensino. Christian justifica que já existe a resolução 53/2011, a qual está sendo modificada, que trata da participação do docente em atividades esporádicas. A preocupação é com a regulamentação do espaço físico e insumos dos laboratórios. Os membros discutem a questão de concessão de bolsa pela Instituição de Apoio e sobre a possibilidade de haver remuneração pela prestação de serviços. A sugestão é que sejam feitos ajustes incluindo a possibilidade de remuneração, em conformidade com a legislação, e esclarecer na resolução que são projetos de pesquisa e extensão. Christian informa que irá fazer os acertos e enviar a proposta ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação para verificação. Pergunta se pode dar prosseguimento à tramitação após a análise do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. O Cepe delibera pela

aprovação da proposta, com ressalva, e autoriza o prosseguimento da tramitação após a análise do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. Para o **item 4**, Cristiane informa que será nomeada uma comissão para a reconstrução da Resolução CD 17/2003, que fixa normas para entrega de fichas de aproveitamento e assiduidade dos alunos, faltas e atrasos de horários a aulas e conselhos de classe, e para faltas e atrasos de servidores a reuniões convocadas e entrega de ponto. A comissão será formada pelos servidores Cristina Sabadini (campus Colatina), Moacyr Antonio Serafini (campus Santa Teresa), Ralf Majeovski Santos (campus Linhares) e José Aguilar Pilon (campus Vitória). Iniciando o **item 5**, Cristiane passa a palavra para a servidora Suzana Maria Gotardo Chambela (campus Santa Teresa), que fará a apresentação da proposta de Regulamento do Fórum NAPNE. Suzana faz a apresentação da proposta relatando que o fórum é um órgão de natureza consultiva e de caráter interdisciplinar que agrega profissionais que trabalham nos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) de cada campus, profissionais da Pró-Reitoria de Ensino que atuam nas políticas de educação especial e profissionais do Cead – Centro de Educação a Distância do Ifes – envolvidos com a temática da educação especial na perspectiva da inclusão. Esclarece que o termo pessoas com necessidades específicas compreende pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Menciona que a educação inclusiva é uma modalidade transversal que engloba todos os níveis de ensino e o professor tem de ter um conhecimento mínimo para lidar com essas pessoas. Priscila (Pró-Reitoria de Ensino) faz um breve relato sobre a criação e funcionamento dos Napnes nos campi e menciona que o objetivo principal é abrir possibilidades para a execução do trabalho de inclusão. Informa que foi nomeada uma comissão de acessibilidade para assessorar a revisão dos projetos arquitetônicos dos campi com vistas às adequações de acessibilidade e que a arquiteta Ângela Andrade Coelho está visitando os campi levantando dados para o projeto Ifes Acessível. A proposta é aprovada. Os membros do Cepe solicitam que a política de seleção e desenvolvimento de coleções das bibliotecas, **item 8**, seja levada aos campi para discussão antes da aprovação. A proposta será enviada aos membros por e-mail para que seja discutida nos campi e será apreciada na próxima reunião do Cepe. O **item 7**, foi retirado da pauta, pois questões referentes a alteração na resolução de oferta de curso devem tramitar entre o Diretor Geral e o Conselho Superior. Para o **item 10**, Cristiane relata que o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) de Engenharia de Aquicultura foi aprovado na Câmara de Graduação e que as alterações sugeridas já foram realizadas. O projeto é aprovado. Abrindo o **item 6**, Cristiane passa a palavra para a Diretora do Centro de Educação a Distância, Sra. Yvina Pavan Baldo. Yvina explica que o ROD (Regulamento da Organização Didática) dos cursos de graduação na modalidade a distância foi ajustado em conformidade com o ROD dos cursos de graduação na modalidade presencial.

Houve uma compatibilização do ROD dos cursos de graduação a distância com a nova versão do ROD dos cursos de graduação presenciais e foram feitas as adequações que não estavam contempladas na primeira versão do ROD EaD. As adaptações consistem em acessibilidade na educação a distância, calendário dos cursos a distância que são diferentes do calendário dos cursos presenciais, condições de acesso, pré-matrícula de ingresso, que é fundamental na educação a distância para que se possa adequar o ambiente virtual de aprendizagem para os alunos conseguirem acessá-lo no primeiro dia letivo, número mínimo e máximo de matrícula em componente curricular, componentes curriculares eletivos, cancelamento de matrícula, nova matrícula e aproveitamento de componente curricular, mudança de modalidade de curso e de polo, reopção de curso, afastamento especial, transferência e novo curso, avaliação institucional e avaliação do aluno. O ROD é aprovado. Cristiane passa a presidência para o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Sr. Thalmó de Paiva Coelho Júnior e se retira da reunião. Thalmó apresenta os **itens 11 e 12**. Relata que os Cursos de Pós Graduação em Especialização em Educação Profissional e Tecnológica e Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos são ofertados regularmente no Ifes e sofreram modificações em seus projetos pedagógicos, as quais foram submetidas à análise na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e foram aprovadas em conformidade com os pareceres dos relatores. Os cursos ofertaram novas turmas no semestre letivo de 2012/2 e houve a necessidade de emissão das portarias aprovando os novos projetos pedagógicos dos cursos. Foi realizada uma consulta via e-mail aos membros do Cepe e não houve manifestações contrárias à aprovação das alterações nos projetos. As portarias de aprovação foram emitidas e os projetos estão em pauta para homologação. Os projetos são homologados. Para o **item 13**, Thalmó explica que foi elaborada uma proposta de resolução que *dispõe sobre as normas e condições para concessão pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação de auxílio financeiro a servidores visando à participação em atividades científicas e acadêmicas no exterior. Informa que os procedimentos foram criados com o objetivo de evitar a subjetividade nos critérios para a concessão dos auxílios mas que a concessão ou não dos auxílios será decisão do Reitor, de acordo com a disponibilidade orçamentária. A proposta é aprovada. Abrindo o item 14, Thalmó relata que o projeto do curso de Dinter em Engenharia de Produção foi submetido no Edital Capes 013/2012, para Chamada Pública de novas propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais, Minter/Dinter nacionais e internacionais, e já foi aprovado pela Capes. Informa que trata-se de uma parceria entre o Ifes e a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Serão ofertadas 12 (doze) vagas e a seleção é de responsabilidade da instituição promotora. Denise (campus Vila Velha) faz um questionamento sobre a demanda. Thalmó informa que foi feita uma pesquisa de demanda, disponível na página da Pró-Reitoria de*

Pesquisa e Pós-Graduação, e esclarece que existe demanda para o curso. Como o projeto possui transferência de recurso será submetido à procuradoria do Ifes para a verificação da viabilidade do convênio. O projeto é aprovado com essa ressalva. Para o **item 15**, Thalmó faz um breve relato sobre a origem e desenvolvimento do projeto do Curso de Pós-Graduação Minter em Educação Agrícola em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Informa que serão ofertadas 15 (quinze) vagas e que não será necessária a solicitação de afastamento para cursar o mestrado. Como o projeto possui transferência de recurso será submetido à análise da procuradoria do Ifes. O projeto é aprovado com essa ressalva. Abrindo o **item 16**, Thalmó explica que o Projeto de Mestrado Profissional turma de qualificação Ifes/IFRO (Instituto Federal de Rondônia) teve origem no Programa Educimat (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática). Trata-se de uma proposta de parceria solicitada pelo Educimat entre o Instituto Federal de Rondônia e o Ifes, em que serão ofertadas 10 (dez) vagas para o Ifes e 30 (trinta) vagas para o IFRO. Denise (campus Vila Velha) faz um questionamento sobre o número de vagas para o Ifes, destacando a preocupação com a possibilidade de haver perda de vagas. Tadeu (Pró-Reitoria de Extensão) argumenta deve ser levado em consideração que a região norte é mais afastada e possui demanda maior, além disso, existe a questão das políticas de aceleração das regiões norte e nordeste e que a participação do Ifes vai ampliar a abrangência e fortalecer o Programa Educimat. Sidnei (Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática) esclarece que não haverá prejuízo das vagas públicas oferecidas anualmente pelo Educimat, esclarece ainda, que quem delimita o número de vagas é a quantidade de orientadores ativos no programa (permanentes). Atualmente o limite é de 8 (oito) orientandos por orientador, mas a Capes alterou para 15 (quinze) orientandos por orientador. Relata que existe e será respeitada uma demanda social na área de formação de professores que é aberta ao público e que o comprometimento do Ifes com a Capes atualmente é de ofertar 25 (vinte e cinco) vagas por ano. Sidnei faz uma explanação destacando os objetivos e a importância do Programa Educimat. Thalmó informa que o projeto possui transferência de recurso do IFRO para o Ifes e deverá ser submetido à análise da procuradoria do Ifes. Após ampla discussão, os membros deliberaram pela aprovação do projeto com essa ressalva. Para o **item 17**, Thalmó explica que o PPC do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública na modalidade a Distância foi aprovado na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. Não houve objeção e o projeto foi aprovado. Nada mais havendo a discutir, Thalmó dá por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dezessete de dezembro de dois mil e doze.

Ana Gabriela Bausen	
Ana Paula Brasil	
Anderson Mathias Holtz	
Antonio Fernando de Souza	
Cristiane Tenan S. dos Santos	
Christian Mariani Lucas dos Santos	
Deila da Silva Bareli de Moraes	
Denise Rocco de Sena	
Edna dos Reis	
Elenilson Francisco da Costa	
Elizabeth Armini Pauli Martins	
Felipe Alexandre L. F. dos Santos	
Gibson Dall' Orto Muniz da Silva	
Hudson Luiz Cogo	
Iago Souza Santos	
Jabes Ricardo Matos Bianchet	
João Gomes da Silveira	
João Paulo Barbosa	
João Paulo de Souza Vieira	
Marcelo Queiroz Schimidt	
Maria Aparecida Silva de Souza	
Marko Aurélio Goularte	
Moacyr Antonio Serafini	
Míriam Albani	
Priscila Lopes Roldi Azevedo	
Ralf Majevski Santos	
Rogéria Gomes Belchior	
Sidnei Quezada Meireles Leite	
Suzana Maria Gotardo Chambela	

Tadeu Pissinati Sant'Anna	
Thalmo de Paiva Coelho Junior	
Welliton de Resende Zani Carvalho	
Yvina Pavan Baldo	